



TCE EM PAUTA

ANO XVIII - Nº 92

NATAL/RN JUNHO E JULHO DE 2013

FALE, CRITIQUE E PARTICIPE. OUVIDORIA DO TCE: 0800-281-1985



CONTROLE INTERNO

PRESIDENTE DO TCE, CONSELHEIRO PAULO ROBERTO, DEFINE COMO META DA GESTÃO COLABORAR COM A IMPLANTAÇÃO E O FORTALECIMENTO DO CONTROLE INTERNO EM TODOS OS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE

PÁGINA 4 E 5

NOVA DIRETORIA MONITORA
LIMITE SALARIAL
NOS MUNICÍPIOS

PÁGINA 3





Conselheiro Gilberto Jales cumprimentado pela governadora Rosalba Ciarlini ao assumir cargo na Corte de Contas do RN

7º CONSELHEIRO

Ainda com tempo de dar boas-vindas ao Conselhoeiro Gilberto Jales, empossado em maio último, na vaga do conselhoeiro Alcimar Torquato. Jales traz para o TCE uma larga experiência no serviço público estadual. Com especialização na área ambiental, esse conhecedor das águas promete “atuar com zelo na fiscalização dos gastos públicos”

FISCALIZAÇÃO DO TCU

O presidente da Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), Antônio Joaquim Moraes Neto, criticou recentemente a possibilidade de mutilação nas atividades do Tribunal de Contas da União (TCU).

Isso porque o senador alagoano Fernando Collor apresentou propostas para submeter às decisões do tribunal, como paralisações de obras, ao crivo do Congresso. Além disso, Collor defende punição para auditores responsáveis pelas fiscalizações.

A Atricon entende que a medida pode facilitar a corrupção e promete movimentar as lideranças no Congresso Nacional para impedir a aprovação do projeto que muda a Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União (TCU) e faz emenda à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Entidades de classe dos auditores, a Auditar e a ANTC devem unir-se no mesmo objetivo.

ÍNDICE DA CORRUPÇÃO

Segundo uma pesquisa realizada pelo Ibope e divulgada pela Transparência Internacional, numa escala de 1 a 5, em que cinco é o grau máximo de corrupção, o setor público brasileiro atingiu nota 4,6.

Cerca de 70% dos entrevistados no Brasil acreditam que a corrupção no setor público é “muito séria”, contra uma média mundial de apenas 50%. Em torno de 77% dos brasileiros admitem que ter “contatos” na máquina pública é “importante” para garantir um atendimento.

A percepção em relação ao setor privado se inverte. No Brasil, apenas 35% das pessoas acham que as empresas são “corruptas ou muito corruptas”. Fora do País, a média é superior: 45%.

DÓLARES

O governo do Estado recebeu autorização do Senado para contrair empréstimo no valor de 540 milhões de dólares ao Banco Mundial. A governadora Rosalba Ciarlini disse que os recursos serão aplicados no Programa RN Sustentável, nos próximos cinco anos.

MULTAS

A Primeira Câmara do Tribunal de Contas do Estado aplicou R\$ 1,1 milhão em multas no primeiro trimestre de 2013. O valor consta no relatório apresentado pela conselheira Adélia Sales, na sessão de quinta-feira (11/07). Foram apreciados 154 processos, em treze sessões, o que resultou em votos pela restituição de R\$ 8,8 milhões aos cofres públicos.

FURTO DE VEÍCULOS

Os dados são da Delegacia Especializada de Defesa da Propriedade de Veículos e Cargas (Deprov) para o RN: de janeiro a maio de 2013, o número de veículos roubados ou tomados de assalto cresceu 47% em relação ao mesmo período de 2011. Isso significa dizer que, em média, cinco carros foram roubados por dia no RN nesse período.

ESCOLA DE CIDADANIA

Lições de cidadania começam cedo e em casa. Com essa filosofia a escoteira Débora Keila, 31 anos, introduz sua filha Giovanna no mundo dos “lobinhos”, da solidariedade e do amor ao próximo. Mãe e filha participaram do curso “Controle Social e Cidadania,” executado pela Escola de Contas do TCE, para 50 escoteiros de Natal, em maio passado.

A ideia do curso é transformar líderes da União dos Escoteiros do Brasil (UEB) em agentes multiplicadores de conhecimento das atividades desenvolvidas pelo TCE. Os escoteiros passaram dois dias ouvindo palestras, peças teatrais e, principalmente, aprendendo as funções do TCE, conhecendo a Lei de Acesso à Informação, o que é um orçamento público e o controle social.



A escoteira Débora Keila ensina à filha Giovanna lições de amor ao próximo

TCE EM PAUTA

COMPOSIÇÃO DO TCE

CONSELHEIROS

Presidente

Paulo Roberto Chaves Alves

Vice-Presidente

Carlos Thompson da Costa Fernandes

Presidente da 1ª Câmara

Maria Adélia de Arruda Sales Sousa

Presidente da 2ª Câmara

Tarcísio Costa

Corregedoria Geral

Renato da Costa Dias

Conselheiro

Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior

Conselheiro

Antônio Gilberto de Oliveira Jales

Auditor

Cláudio José F. Emerenciano

Auditor

Marco Antônio de M. R. Montenegro

Secretário de Administração Geral

Laércio Segundo de Oliveira

Secretário de Controle Externo

Jailson Tavares Pereira

Consultor Jurídico

Fernando de Araújo Jales da Costa

Chefe de Gabinete da Presidência

Jaime Mariz Neto

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE

Procurador-Geral

Luciano Silva Costa Ramos

Procuradores

Carlos Roberto Galvão Barros

Luciana Ribeiro Campos

Othon Moreno de Medeiros Alves

Ricart César Coelho dos Santos

Thiago Martins Guterres

EXPEDIENTE

Assessor de Comunicação Social

João Batista Machado

Editor

Eugênio Parcelle

Repórteres

Andréia Moraes

Graciema Maria Carneiro

Rosalie Arruda

Apoio

Fátima Moraes

Hellays Silva

Revisão

João Maria de Lima

Fotos

Jorge Filho

Projeto Gráfico e Diagramação

Terceirize - (84) 3211-5075

Impressão

Solução Gráfica

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Av. Getúlio Vargas, 690 - Petrópolis - Natal/RN - CEP. 59.012-360

Telefone/Fax: (84) 3642-7278

Site: www.tce.rn.gov.br | E-mail: tce-ccs@rn.gov.br

ANÁLISE

NOVA FERRAMENTA DE CONTROLE DE DESPESA COM PESSOAL

Aproximadamente 70% dos gestores municipais já encaminharam os dados relativos ao SIAI-DP (Sistema Integrado de Auditoria-Despesa com Pessoal), uma das novas exigências do Tribunal de Contas para atender a Lei de Responsabilidade Fiscal. As informações são da diretora de Despesa de Pessoal (DDP), Jandira Borges, lembrando que, a partir de agora, o encaminhamento destes documentos para análise pelo TCE fará parte da rotina obrigatória dos gestores dos órgãos estaduais e municipais.

Buscando atender a demanda, a Escola de Contas Severino Lopes de Oliveira realizou encontros para a apresentação e treinamento da nova ferramenta. Entre as orientações repassadas aos jurisdicionados, estavam a realização de diagnóstico do quadro funcional do município, a delimitação das leis municipais que criam todos os



Jandira Borges dirige a Diretoria de Despesa de Pessoal

cargos públicos, sejam eles comissionados ou efetivos, e catalogação e arquivamento das informações relativas à criação ou extinção de cargos, gratificações e funções técnicas de

controle de folha de pagamento.

Segundo a diretora da DDP, as irregularidades mais comuns são aquelas detectadas em concursos públicos, em contratos de serviços de terceiros;

percepção remuneratória sem base legal; arquivo pessoal com documento inexistente ou incompleto.

Em caráter excepcional, após sessenta dias da publicação desta Resolução, deverão ser enviadas ao Tribunal as informações concernentes à folha de pagamento e ao cadastro funcional de que trata o caput do art. 1º, referente aos meses de janeiro a dezembro do exercício de 2012. São obrigados a prestar informações os seguintes jurisdicionados: na esfera estadual e municipal, os órgãos da administração direta e indireta, incluídas as autarquias, fundações e sociedades instituídas e mantidas pelo Poder Executivo ou pelo Poder Legislativo, nos municípios com população superior a 100 mil habitantes.

Mais informações podem ser adquiridas através da Resolução 030, de 2013, disponível no portal www.tce.rn.gov.br.

LIMITE

CERCA DE 628 SERVIDORES DO EXECUTIVO PODERÃO TER OS SALÁRIOS REDUZIDOS

“Não existe direito adquirido acima do Direito. Para ter direito, é preciso ter uma situação lícita. No caso do poder executivo estadual, o que houve foi uma omissão do poder público em relação ao abate teto, lei em vigor desde 1998”. A explicação é do procurador-geral do Ministério Público junto ao TCE, Luciano Ramos, justificando o pedido cautelar pleiteado pelo MPJTCE ao Pleno do Tribunal de Contas, determinando o parâmetro a ser utilizado como limite máximo da remuneração dos servidores públicos estaduais, assim como a redução dos vencimentos a quem estiver com salário maior do que o estabe-

lecido pela Legislação.

O pedido foi acatado, definindo-se o subsídio de Desembargador do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte ao equivalente a R\$ 25.323,50, ou seja, 90,25% da remuneração do Ministro do ST. Esse é valor máximo a ser pago na esfera do poder executivo estadual. O voto foi relatado pelo conselheiro Francisco Potiguar Cavalcanti Junior, que fez oito recomendações ao Secretário da Administração e dos Recursos Humanos (SEARH), entre elas a que procede a revisão na remuneração dos servidores que estão percebendo acima do teto estabelecido. Para isso, foi con-

cedido o prazo de 90 dias para a conclusão dos processos individualizados.

Segundo Luciano Ramos, em março último, data em que o pedido cautelar foi efetivado, foram identificados 628 servidores percebendo acima do teto. Logo, determinou-se à Secretaria de Administração que procedesse a instauração e conclusão dos processos administrativos, efetuando-se o levantamento de cada situação, dando oportunidade de ampla defesa e do contraditório, averiguando-se os casos de excepcionalidade, além da aplicação do abate teto. O procurador-geral enfatizou a necessária atuação do TCE “para que se



Procurador-geral do MPJTCE, Luciano Ramos

evite a perpetuação da prática de ato lesivo ao erário”. De acordo com levantamento do MPJTCE, somente com a regularização dos casos levantados, haverá uma economia mensal de R\$ 3 milhões, o que representa algo em torno de R\$ 39 milhões ao longo do ano.



Presidente do TCE, conselheiro Paulo Roberto, lançou programa para estimular o controle interno

PRIORIDADE

TCE DEFINE METAS DO CONTROLE

Até o final de 2012, apenas 33 municípios do Rio Grande do Norte apresentavam na sua estrutura órgãos de controle interno, como determinado pela Constituição Federal e pela Lei de Responsabilidade Fiscal. O dado foi apresentado pelo presidente do TCE, Paulo Roberto Chaves Alves, na abertura do Seminário “Práticas de uma Gestão Municipal Responsável”, realizado no auditório da Escola do Governo, no Centro Administrativo. Esse baixo número levou o Tribunal de Contas a priorizar o tema, apontando como uma de suas prioridades colaborar com a implementação dos controles internos em todos os 167 municípios do Estado até 2014.

Para isso, informou Paulo Roberto,

já foram adotadas algumas medidas, como a definição de um projeto com cinco metas, o qual visa dar o suporte necessário para que os gestores municipais possam implantar seus controles internos com eficiência e eficácia. Entre as propostas, destaque não somente para a criação, mas para a manutenção e o controle desses órgãos, além da capacitação de servidores. “Atualmente o controle interno é um instrumento indispensável para os controles externos, exercidos pelos TCEs, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais. Trata-se de um órgão que possibilita uma filtragem local, um olhar sobre a execução e legalidade dos processos, atendendo aos limites impostos pela Legislação”, justificou.

ACESSO À INFORMAÇÃO: TRASPARENCIA E NO COMBATE



ESCOLA DE CONTAS
PROFESSOR SEVERINO LOPES DE OLIVEIRA
Painel discutiu obrigatoriedade da transparência nos municípios

METAS PARA IMPLANTAÇÃO INTERNO NOS MUNICÍPIOS

A mesa de abertura contou com as seguintes personalidades: Diretora da Escola de Contas, conselheira Adélia Sales; Coordenadora Geral da Escola de Contas, Marlúcia Saldanha; Presidentes da Femurn, Luis Benes Leocádio; da Fecam, Francisco José Silveira; Chefe da Controladoria do Município de Natal, Fábio Sarinho; Procurador-geral do Ministério Público junto ao TCE, Luciano Ramos; Diretora da Escola de Governo, Tânia Leiros; representantes do Conselho Federal de Administração, Kate Cunha Maciel; do Conselho Estadual de Administração, Kleber Cavalcanti e do Conselho Regional de Contabilidade, Erenilton Bento. Ainda estiveram

presentes os conselheiros Tarcísio Costa, Carlos Thompson, Francisco Potiguar Júnior e Gilberto Jales, além de prefeitos, presidentes de câmaras e vereadores, e técnicos.

Após a abertura do encontro, foi ministrada uma palestra sobre o Projeto Prosperar pelo superintendente do Sebrae, o economista José Ferreira Melo Filho. Trata-se de uma parceria entre o Sebrae e os TCEs de todo o País, visando à implantação da Lei do Simples, que define privilégios para as micro e pequenas empresas, o que termina colaborando no desenvolvimento local e sustentável, com a valorização de produtos locais e estímulo à geração de emprego e renda. No Rio Grande do Norte, 155

municípios já aderiram ao programa, com a Lei Geral implementada. “Em 2012, dos 15 mil novos empregos gerados no Estado, 11 mil foram nas micro e pequenas empresas”, relatou, mostrando a importância do projeto.

Ainda pela manhã, foi feito um painel com foco no tema “Regime Próprio de Previdência Social,” com a participação de representantes da Previdência Social, Leonardo Guimarães; e da empresa Crédito e Mercado, Ronald Fonseca, e do prefeito de São Gonçalo do Amarante, Jaime Calado, que focaram sobre aspectos da previdência no regime geral (INSS), regime próprio do servidor (que não é obrigatório) e a previdência complementar.

Atualmente o controle interno é um instrumento indispensável para os controles externos, exercidos pelos TCEs, Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais”

CONSELHEIRO PAULO ROBERTO,
PRESIDENTE DO TCE/RN

TRANSPARÊNCIA PELA À CORRUPÇÃO

“É importante que os senhores percebam o momento que vive o País, com várias manifestações nas ruas, milhares de pessoas reivindicando seus direitos, lutando por reformas nas áreas administrativa e política, em defesa da cidadania e no combate à corrupção. Este é o momento ideal para a aplicabilidade de leis como a de acesso à informação e implementação dos portais da transparência”.

Em síntese, estas foram as palavras do conselheiro vice-presidente do TCE, Carlos Thompson, na abertura do painel “Acesso à lei de Informação e Portais da Transparência”, que encerrou o seminário “Práticas de uma Gestão Municipal Responsável”, na tarde de quinta-feira, 27/06, no auditório da

Escola do Governo. “É dever do poder público prestar informação e direito do cidadão ser bem informado, numa linguagem clara e acessível”, enfatizou, dando uma aula sobre a Lei de nº 12.527, seus objetivos, formas e prazos de disseminação.

Entre outras determinações, Thompson lembrou que a partir da vigência da Lei, a disponibilização da informação virou regra; e o sigilo, exceção. “A informação de interesse público deve ser disseminada, sem a necessidade de provocação”, disse, ressaltando que, para isso, deve se utilizar da tecnologia de informação. Para o Conselheiro, o governo deve estimular uma política pública de fomento ao desenvolvimento de uma cultura de transparência, assim como

estimular o exercício do controle social na administração pública.

O presidente da Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte – Femurn, Benes Leocádio, lembrou as dificuldades por que passam os municípios, com limitações de ordem financeiras, de pessoal qualificado e estrutura, o que impede o cumprimento de várias ações. “É impossível a gente cumprir com todas estas políticas públicas”, enfatizou, fazendo um convite para que se conheça a realidade dos municípios. Por fim, lembrou que a Femurn recebeu do TCE um programa que está disponibilizando para os gestores municipais divulgarem os dados solicitados pela Lei de Acesso à Informação na Internet. Na mesa dos trabalhos, o presidente da Federação das Câmaras Municipais – Fecam, Francisco José Silveira Jr., lembrou que “quanto mais transparência o gestor dá, menos será fiscalizado”.

A representante da Controladoria Geral da União – CGU, Viviane Antunes, lembrou que o processo precisa ser regulamentado em todos os municípios, e para isso a CGU tem orientado os gestores para o correto cumprimento da legislação, através do projeto “Brasil Transparente”. O representante do Tribunal de Contas da União – TCU, Cleber Menezes da Silva, mostrou a funcionalidade do portal do TCU, explicando como as pessoas podem ter acesso às mais diversas informações municipais, inclusive solicitando dados em meio eletrônico, sem a necessidade de uma justificativa. Finalizando o painel, o procurador-geral do Ministério Público junto ao TCE, Luciano Ramos, lembrou que o primordial é estimular e fortalecer o controle social. “Há de ser investigativo, propositivo”, defendeu, enfatizando que “o setor público tem que honrar a integridade da informação”.



Encontro discutiu mudanças ocasionadas com a implantação da nova contabilidade pública

CONTABILIDADE

SEMINÁRIO DEBATE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO E QUALIDADE DO GASTO

Proporcionar uma oportunidade de debater sobre o atual momento de mudanças trazido pela edição das Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) – já em vigência – e a Portaria STN nº 753/2012, que definiu prazos para vários procedimentos contábeis patrimoniais.

Esses foram os temas norteadores do II Seminário Potiguar de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, promovido pelo Tribunal de Contas (TCE-RN), em parceria com o Instituto Social IRIS, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), o Conselho Regional de Contabilidade (CRC-RN)

e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Este novo modelo de Contabilidade insere o país no processo de convergência aos padrões internacionais, permitindo à sociedade – aos formadores de opinião e aos organismos internacionais – a comparabilidade dos demonstrativos contábeis divulgados, visando melhorar a qualidade do gasto e modernizar a gestão pública.

O evento foi aberto pelo presidente do Conselho Regional de Contabilidade do RN, Everildo Bento da Silva, ao lado do presidente do TCE, Paulo Roberto Alves, e autoridades como o representante da Assembleia Legislativa, deputado

George Soares; do Secretário Municipal de Administração e Gestão Estratégica de Natal, Dionísio Gomes da Silva – que representou o prefeito Carlos Eduardo Alves; o diretor-presidente do Instituto Social Íris, Arlindo Araújo; o presidente da FEMURN, Benes Leocádio, e o secretário-geral de Controle Externo do TCE, Jailson Tavares Pereira.

O seminário teve início com o painel apresentado pelo Coordenador Geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação (CCONF/STN) da Secretaria do Tesouro, Leonardo Silveira do Nascimento, que abordou o tema "Os Desafios para a consolidação de um novo modelo de Contabilidade Pública", enfocando,

principalmente, a Base Legal do Processo de Convergência, a Responsabilidade inerente aos gestores públicos.

O segundo painel ficou a cargo dos membros do Grupo de Estudos da Área Pública do CFC, Joaquim Osório Liberalquino e Paulo Henrique Feijó, que abordaram a Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Uma análise das principais dificuldades e resumo das estratégias de convergência aos padrões internacionais. A programação contou ainda com os painelistas Nelson Machado, Victor Holanda e João Eudes Bezerra Filho, que debateram, com representantes das instituições parceiras, o tema central do seminário.

ECONOMIA

ESTIMULO PARA A ADOÇÃO DA LEI GERAL DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

“Este evento marca um compromisso histórico com o desenvolvimento local e sustentável”. A frase do presidente do TCE, conselheiro Paulo Roberto Chaves Alves, resume o propósito do encontro com gestores municipais, com objetivo de sensibilizar e mobilizar em prol da implantação da Lei Complementar 123, conhecida como a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas (MPE). “É urgente tirar do papel esta Lei. No Rio Grande do Norte, mais de 90% dos municípios a regulamentaram. No entanto, a grande maioria ainda não implementou. É preciso colocá-la em prática, criando condições objetivas para o desenvolvimento regional. Este é o nosso desafio”.

Resultado de uma parceria entre o TCE e o Sebrae, o encontro “Tribunal de Contas e o Desenvolvimento Local” foi realizado na tarde de quarta-feira, no Olimpos Recepções, como parte de uma ação que aconteceu, simultaneamente, em todo o País. No Brasil, desde que a legislação foi sancionada, em 2006, 3,8 mil municípios aprovaram a norma, mas apenas 850 a implementaram. “Essa mobilização nacional busca orientar os gestores municipais para pôr em prática os dispositivos contidos na legislação. A iniciativa faz parte de acordo assinado, no ano passado, entre o Sebrae, a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e o Instituto Rui Barbosa”, explicou o diretor superintendente do Sebrae-RN, José Ferreira de Melo Neto.

A lei Complementar 123 define um abrangente arcabouço de tratamento diferenciado, simplificando o que as micro e pequenas empresas devem receber por força constitucional. Por meio da Lei Geral, foi instituído o regime tributário específico para as MPE, com redução da carga de impostos e simplificação dos processos de cálculo



TCE e Sebrae estimulam a microempresa

e recolhimento, que é o Super Simples. Além disso, a Lei prevê benefícios para as pequenas empresas em diversos aspectos do dia-a-dia, como a desburocratização do acesso ao mercado, ao crédito e à justiça, além do estímulo à inovação e à exportação.

“Em momentos de crise e baixo crescimento do PIB, os pequenos negócios são os que registram as maiores taxas de geração de emprego”, enfatizou o Inspetor de Controle Externo do TCE, Luzenildo Moraes da Silva, na palestra “Os Desafios do Desenvolvimento da Perspectiva dos Municípios e dos Pequenos Negócios”, explicando que “a legis-

lação estabelece um tratamento diferenciado às MPE nas licitações públicas de até R\$ 80 mil e na participação - de até 30% - dos contratos junto a grandes fornecedores onde existe a necessidade de subcontratações, além de cotas de até 25% em aquisições de produtos e serviços das empresas que faturam até R\$ 3,6 milhões por ano”, relatou.

O vice-governador do Estado, Robinson Faria, parabenizou a iniciativa, lembrando que as micro e pequenas empresas estão presentes em 99% do território nacional e representam uma grande força econômica, sendo necessário buscar novos caminhos, novas fren-

tes para superar desafios e promover o desenvolvimento. O secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Rogério Marinho, disse que o Rio Grande do Norte tem um imenso potencial de crescimento, “agora cabe a cada um fazer a sua parte para potencializar o desenvolvimento” enfatizou.

Durante o encontro, foi assinado o termo de adesão ao Projeto Prosperar, um convênio celebrado entre prefeituras, Sebrae-RN e o TCE, com objetivo de reunir esforços e acompanhar as ações para a aplicação da lei e a contratação de pequenas empresas na aquisição de bens e serviços por parte da administração municipal. Além de orientar e apoiar os gestores públicos, a proposta é possibilitar a geração de emprego e renda para a população das cidades que aderiram ao projeto.

Finalizando a programação, foi realizado um painel, mediado pelo presidente da FEMURN, Luiz Benes Leocádio de Araújo, com a participação do prefeito Ivan Lopes Júnior (Assú) e dos ex-prefeitos Salomão Gurgel (Janduí) e Leonardo Rego (Pau dos Ferros), relatando como transformaram seus municípios ao adotar medidas administrativas que tanto contribuíram para uma gestão mais eficaz e eficiente, como resultaram na melhoria da qualidade de vida da população.

Com base em projeções do Sebrae, da Confederação Nacional dos Municípios e do Sistema de Monitoramento da Lei Geral do MPE, relativos ao ano de 2011, se todos os municípios potiguares colocarem em prática o que está previsto na Lei de Compras feitas as MPEs, o volume negociado por ano pode chegar a R\$ 79 milhões, montante que representa uma movimentação adicional de R\$ 55,3 milhões na economia das cidades, totalizando um impacto total de R\$ 134,3 milhões.



Teatro para ensinar o caminho do orçamento público

APRENDIZAGEM

TCE TREINA AGENTES PARA O CONTROLE SOCIAL DO ORÇAMENTO PÚBLICO

“O controle social é tão importante quanto o controle externo”, disse o presidente do Tribunal de Contas, conselheiro Paulo Roberto Alves, na abertura do curso “Controle Social e Cidadania”. No total, 50 líderes escoteiros foram treinados para atuar como agentes multiplicadores de conhecimento das atividades desenvolvidas pelo TCE. Para o diretor-presidente dos escoteiros do Rio Grande do Norte, Ivan Alves do Nascimento, a meta é que as informações cheguem a todos os escoteiros do Estado. Serão oito mil escoteiros auxiliando o TCE no controle social do orçamento público. O

trabalho será executado em parceria com as escolas.

Na abertura do encontro, o grupo Trupe apresentou a peça “O que você tem a ver com a corrupção?”. A diretora da Ouvidoria do TCE, Zênia Chaves de Alcântara, explicou o papel da Ouvidoria e as mudanças provocadas com a Lei de Acesso à Informação. O assessor de informática André Gustavo ministrou palestra sobre o papel do Tribunal na sociedade, e a inspetora Marise Magaly abordou os temas “orçamento público” e “cidadania”. O curso foi realizado no auditório da Corte de Contas.

SIAI

TCE DISPONIBILIZA BANCO DE DADOS PARA O MPE

O Tribunal de Contas do Estado vai disponibilizar os dados coletados no Sistema Integrado de Auditoria Informatizada – SIAI para o Ministério Público Estadual. Convênio neste sentido foi assinado entre o presidente do TCE, conselheiro Paulo Roberto Chaves Alves, e o ex-procurador-geral do MPE, Manoel Onofre Neto, ontem à tarde, no gabinete da presidência. “Com mais este banco de dados, o Ministério Público fará cruzamentos de informações, o que vai colaborar no combate à corrupção”, relatou Onofre.

O SIAI consiste numa série de dados encaminhados periodicamente pelas prefeituras e órgãos governamentais para análise das contas pelo TCE. Segundo o coordenador de informática

do Tribunal, Paulo Roberto Oliveira de Melo, são solicitadas 42 informações distintas, todas em consonância com as exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Entre os anexos estão balanços orçamentários, demonstrativos de receitas e despesas, relatórios de gestão fiscal e outros. Atualmente, o TCE contabiliza um total de 867 jurisdicionados.

Para o Procurador Manoel Onofre, além de estreitar a relação com o TCE, o convênio vai tornar mais célere e facilitar a atuação do Ministério Público, sobretudo em ações de inquérito civil e improbidade administrativa, possibilitando cruzamento de dados de forma objetiva, sem muita burocracia, o que facilita a operacionalidade. O presiden-



O presidente Paulo Roberto e o então procurador-geral do Ministério Público, Onofre Neto, assinam o convênio

te do TCE, por sua vez, disse que era uma “Satisfação colaborar com órgãos de fiscalização, aprimorando a defesa e proteção do dinheiro público de maneira mais objetiva, com mais agilidade”.

Participaram da assinatura do convênio por parte do MPE a coordenadora do Grupo de Atuação Especial de Com-

bate ao Crime, Patricia Antunes, e a coordenadora do Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Defesa do Patrimônio Público, Isabel de Siqueira Menezes. Do TCE, participaram o consultor Jurídico, Fernando Jales Costa, e o chefe de gabinete da presidência, Jaime Mariz de Faria Neto.